



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Saúde 1ª - SUPEL-COSAU1

RESPOSTA

RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90088/2025/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0046.000720/2024-24

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de (Kits/Reagentes) com todo sistema/solução de automação laboratorial em regime de "COMODATO", para realização de exames de biologia molecular (PCR Multiplex) em testagem rápida simultânea para multialvos ou painéis sindrômicos (vírus, bactérias, fungos, parasitas e genes de resistência), para atender ao Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de Rondônia - LACEN/RO, pertencente ao quadro da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/RO, **de forma continuada.**

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria nº 69 de 09 de maio de 2025, publicada no DOE de 14 de maio de 2025, informa que elaborou resposta aos pedidos de Esclarecimento e Impugnação apresentados por empresas interessadas, interpostos em face do PE 90088/2025/SUPEL/RO, conforme abaixo.

1. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade (nos termos da Lei 14.133/2021, artigos 164, e dos itens 3.1 do Instrumento Convocatório), conforme comprovam os documentos colacionados ao processo administrativo SEI relacionado a este PE 90088/2025/SUPEL, pelo que passo formulação da Resposta aos pedidos de Esclarecimento.

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA DA SESAU

2.1. Síntese do Pedido da Empresa 1 (0060126689):

O Termo de Referência menciona que os resultados devem ser liberados “em até 60 minutos”.

No entanto, há no mercado soluções de automação laboratorial que realizam todo o processo (extração, amplificação e detecção) de forma integrada e automatizada, com liberação de resultados em até 90 minutos.

Pergunta: Será aceita a participação de soluções que apresentem tempo de resposta de até 90 minutos, desde que o sistema seja totalmente automatizado, com fluxo contínuo e sem necessidade de intervenção manual significativa?

Número Mínimo de Alvos por Item Considerando que a exigência mínima de alvos por item (painel) pode ser atendida de forma clínica e epidemiologicamente equivalente por diferentes estratégias tecnológicas?

Pergunta: Poderá ser aceita solução com número de alvos ligeiramente superior ou inferior ao exigido em cada item, desde que tecnicamente justificado, com comprovação de equivalência diagnóstica e epidemiológica

Design de Cartuchos e Operação Manual Há referência à utilização de cartuchos e sistemas fechados. Existem plataformas no mercado que utilizam cartuchos de uso único com sistema selado, que exigem menos de 1 minuto de operação manual e evitam manipulação de reagentes.

Pergunta: Poderá ser aceita tecnologia que utilize cartuchos dedicados ou equivalentes, com baixo risco de contaminação e mínimo de manipulação manual, mesmo que o design físico do cartucho seja distinto?

Infraestrutura Laboratorial e Local de Instalação Algumas plataformas não exigem instalação em sala limpa, capela ou estrutura laboratorial específica, podendo operar em ambiente padrão com bancada simples.

Pergunta: Será aceita a instalação de sistemas compatíveis com operação em ambiente laboratorial padrão, desde que cumpram integralmente as exigências de biossegurança e automação?

Interfaceamento com Sistema GAL/DATASUS

O edital menciona a necessidade de integração com sistemas de gestão laboratorial.

Existem soluções que oferecem middleware compatível com GAL/DATASUS e outros LIS, permitindo integração bidirecional e geração de relatórios epidemiológicos automáticos.

Pergunta: Está prevista a aceitação de middleware com integração bidirecional com GAL/DATASUS e outros sistemas homologados, ainda que não seja o mesmo utilizado por soluções específicas de mercado?

Requisitos Relativos aos Insumos e Consumíveis

Há exigência de que os insumos sejam da mesma marca do equipamento.

Contudo, algumas soluções fornecem insumos dedicados, exclusivos e validados para o sistema, com rastreabilidade e controle automatizado.

Pergunta: Poderá ser aceita a utilização de insumos dedicados, validados e rastreáveis, desde que exclusivos e totalmente compatíveis com o sistema ofertado, mesmo que não tragam a mesma marca nominal do equipamento?

Estruturação do Edital por Item ao invés de Lote Único

Considerando que os objetos licitados apresentam finalidades diagnósticas distintas (ex.: painel respiratório, gastrointestinal, meningite, etc.), e que diferentes soluções do mercado podem apresentar melhor desempenho em determinados painéis,

Sugestão: Seria possível reestruturar o certame para julgamento por item ao invés de lote único, com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a contratação da melhor solução tecnológica para cada painel específico e atender aos princípios da vantajosidade e da isonomia, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021? Estas solicitações visam esclarecer se o edital contempla soluções equivalentes em desempenho técnico, clínico e regulatório, permitindo a participação de outros fabricantes ou fornecedores que atendam aos princípios da economicidade, da isonomia e da ampla concorrência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. Manifestação da Equipe Técnica da SESAU

1 - Tempo de Liberação dos Resultados: O Termo de Referência menciona que os resultados devem ser liberados “em até 60 minutos”. No entanto, há no mercado soluções de automação laboratorial que realizam todo o processo (extração, amplificação e detecção) de forma integrada e automatizada, com liberação de resultados em até 90 minutos.

Pergunta: Será aceita a participação de soluções que apresentem tempo de resposta de até 90 minutos, desde que o sistema seja totalmente automatizado, com fluxo contínuo e sem necessidade de intervenção manual significativa?

RESP. LACEN: Não será aceita a ampliação do tempo de resposta para além dos 60 minutos especificados no edital. A redução de tempo de resposta é um fator determinante e crucial na tomada de decisão médica, o que acaba influenciando de maneira significativa na jornada clínica dos pacientes, sobretudo daqueles em estado crítico.

Ou seja, o prazo de até 60 minutos para liberação dos resultados fundamenta-se na necessidade crítica de diagnósticos rápidos para doenças infecciosas, especialmente no contexto dos

exames multiplex que visam múltiplos alvos (vírus, bactérias, fungos, parasitas e genes de resistência). A literatura especializada reforça que o tempo de resposta reduzido é fator decisivo para o manejo clínico e epidemiológico eficiente (Kumar et al., 2017, Journal of Clinical Microbiology). A aceitação de sistemas com tempo de resposta de até 90 minutos, ainda que totalmente automatizados, contraria os critérios técnicos estabelecidos em toda a conjuntura processual, uma vez que, o tempo de 60 minutos resguarda o tempo de resposta e a efetividade do serviço a ser realizado pelo LACEN/RO, assim como da necessidade do serviço público hospitalar, garantido a devida celeridade e eficiência as ações de vigilância cumprindo os requisitos necessários, além de estar de acordo com as diretrizes e normativos do art. 5º da Lei 14.133/2021.

Outrossim, ressaltamos que mais de um fornecedor no mercado atende as especificações implícitas no edital e seus anexos. Assim, a flexibilização desse critério implicaria risco à efetividade do serviço prestado, descumprindo os princípios da eficiência e da proteção à saúde pública (art. 6º e 37 da Constituição Federal).

Portanto, soluções que excedam o tempo proposto neste certame **não atendem aos parâmetros técnicos mínimos exigidos**, comprometendo o interesse do público alvo. Desta feita optamos que sejam apresentadas propostas conforme com o tempo solicitado no certame ("**em até 60 minutos**").

2 - Número Mínimo de Alvos por Item: Considerando que a exigência mínima de alvos por item (painel) pode ser atendida de forma clínica e epidemiologicamente equivalente por diferentes estratégias tecnológicas.

Pergunta: Poderá ser aceita solução com número de alvos ligeiramente superior ou inferior ao exigido em cada item, desde que tecnicamente justificado, com comprovação de equivalência diagnóstica e epidemiológica?

RESP. LACEN: Soluções com número de alvos por painel **INFERIOR** ao exigido no certame **NÃO SERÃO ACEITAS**, considerando que a composição mínima dos painéis foi definida com base em evidências clínicas, epidemiológicas e assistenciais de vigilância (laboratorial e epidemiológica).

A exigência mínima de alvos em cada painel solicitado, garante uma abrangência mínima e diagnóstica adequada, de múltiplos agentes etiológicos, o que permite diagnósticos simultâneos e preciso de infecções causadas por vírus, bactérias, fungos, parasitas e genes de resistência. A redução no número de alvos solicitado compromete e muito a capacidade de agentes relevantes, o que ocasionaria levar a omissões críticas e impactar negativamente as respostas em saúde pública.

Portanto, o atendimento integral ao número mínimo de alvos por painel deste certame é **critério obrigatório de habilitação técnica**, sendo desta feita **inaceitável** propostas com quantitativo inferior ao exigido, ainda que apresentem justificativa de equivalência. Contudo, **serão admitidas soluções ou painéis com número de alvos ligeiramente superior ao solicitado em um mesmo painel**, desde que todos os alvos exigidos no item estejam contemplados e que os alvos adicionais, não comprometam a interpretação dos resultados e nem gerem custos adicionais e indevidos ao erário público, sendo neste caso necessário a apresentação de documentação e detalhamento técnico que comprove a equivalência e compatibilidade diagnóstica com protocolos de vigilância laboratorial.

3 - Design de Cartuchos e Operação Manual: Há referência à utilização de cartuchos e sistemas fechados. Existem plataformas no mercado que utilizam cartuchos de uso único com sistema selado, que exigem menos de 1 minuto de operação manual e evitam manipulação de reagentes.

Pergunta: Poderá ser aceita tecnologia que utilize cartuchos dedicados ou equivalentes, com baixo risco de contaminação e mínimo de manipulação manual, mesmo que o design físico do cartucho seja distinto?

RESP. LACEN: Sim, conforme consta no edital o produto é solicitado no formato **CONJUNTO/KIT/REAGENTE**, logo será aceito a tecnologia que utiliza **CARTUCHO**

No caso da requerente, esteja se referindo como "cartucho" a apresentação de **o formato CONJUNTO/KIT/REAGENTE/PAINEL**, que será ofertado pela mesma, devendo atender aos requisitos estabelecidos no certame para a realização do teste desde que este não apresente divergências que possam comprometer a biossegurança, a padronização e a estabilidade analítica do processo.

4 - Infraestrutura Laboratorial e Local de Instalação: Algumas plataformas não exigem

instalação em sala limpa, capela ou estrutura laboratorial específica, podendo operar em ambiente padrão com bancada simples.

Pergunta: Será aceita a instalação de sistemas compatíveis com operação em ambiente laboratorial padrão, desde que cumpram integralmente as exigências de biossegurança e automação?

RESP. LACEN: Não. Serão aceitos apenas sistemas que operem com tecnologia caracterizada por testes em sistemas fechados, totalmente automatizados e integrados, que minimizem a manipulação manual e os riscos biológicos. Ainda que operem em ambientes laboratoriais padrão e atendam às normas de biossegurança e automação, não serão aceitos sistemas baseados na tecnologia de PCR em tempo real ou convencional.

Devendo a proponente utilizar de plataformas/equipamentos conforme solicitado no Termo de Referência conforme extração: "*O teste poderá ser realizado em qualquer ambiente do laboratório, sem exigências estruturais para realização da análise.*", devendo para tanto cumprir as exigências de biossegurança e automação.

5 - Interfaceamento com Sistema GAL/DATASUS: O edital menciona a necessidade de integração com sistemas de gestão laboratorial. Existem soluções que oferecem middleware compatível com GAL/DATASUS e outros LIS, permitindo integração bidirecional e geração de relatórios epidemiológicos automáticos.

Pergunta: Está prevista a aceitação de middleware com integração bidirecional com GAL/DATASUS e outros sistemas homologados, ainda que não seja o mesmo utilizado por soluções específicas de mercado?

RESP. LACEN: Conforme item 4.3.1.3 do TR, Minimamente, os Sistemas Analíticos (equipamentos de uso) para determinação dos parâmetros propostos, deverão estar conectados de preferência por Software (*Middleware*) integrador capaz de monitorar/gerenciar as amostras localizando na linha de produção dos equipamentos, assim como na fase analítica e pós-analítica, ou seja, durante e o término das análises, possibilitando que usuários controlem facilmente os fluxos de trabalho das amostras, criando suas próprias regras para validação da rotina e completa rastreabilidade do processo possibilitando futuras auditorias, quando necessário, minimizando o alto grau de trabalho pessoal, riscos biológicos e alto potencial risco de erros. (**software gerenciável**).

Todo Sistema/Solução de Automação Laboratorial do LOTE ÚNICO deverá apresentar interfaceamento bidirecional, compatível com o Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial - GAL/DATASUS/MS, e/ou outro sistema que esteja sendo utilizado pelas unidades à época da contratação e/ou durante toda a vigência do contrato, devendo permitir a realização de "backup" de todo o sistema, sem ônus para a Administração pública.

Essa exigência se faz imprescindível e necessária para garantir o fluxo contínuo de informações, rastreabilidade e geração de relatórios epidemiológicos automatizados, que suportam tomadas de decisão rápidas no âmbito da vigilância em saúde pública. Considerando a **integração das rotinas analíticas com a Rede Nacional de Vigilância Laboratorial e com os sistemas de informação do Ministério da Saúde (DATASUS)**.

A compatibilidade técnica deverá permitir o registro automático de exames, envio e recebimento de resultados, rastreabilidade de amostra, geração de relatórios diversos, de modo a garantir a interoperabilidade entre sistemas que é requisito para assegurar a eficiência e transparência dos processos laboratoriais. A não conformidade nesse aspecto pode comprometer a validação dos dados e inviabilizar a integração com sistemas oficiais. Assim, o middleware deve comprovar compatibilidade plena e certificada para garantir a comunicação estável e segura. Soluções incompatíveis ou com integração limitada **não atenderão ao objeto lícitado**.

6 - Requisitos Relativos aos Insumos e Consumíveis: Há exigência de que os insumos sejam da mesma marca do equipamento. Contudo, algumas soluções fornecem insumos dedicados, exclusivos e validados para o sistema, com rastreabilidade e controle automatizado.

Pergunta: Poderá ser aceita a utilização de insumos dedicados, validados e rastreáveis, desde que exclusivos e totalmente compatíveis com o sistema ofertado, mesmo que não tragam a mesma marca nominal do equipamento?

RESP. LACEN: Sim, contanto que os mesmos estejam validados e aprovados em bula pelo fabricante. Essa condição visa assegurar a total compatibilidade, validação, rastreabilidade, garantia de performances analíticas, além de suporte técnico unificado, evitando riscos decorrentes de uso de insumos de terceiros, mesmo que supostamente validados.

O uso de consumíveis não originais ou sem chancela direta do fabricante do sistema **NÃO SERÃO ACEITOS**, pois podem comprometer o desempenho dos exames, dificultar o rastreamento de falhas, além de interferir em todo processamento analítico, o que não é admissível em contratos públicos de natureza crítica e essencial como os celebrados com LACEN/RO.

Embora possam existir insumos validados e exclusivos, a homologação associada à marca original assegura respaldo técnico e regulatório, evitando incompatibilidades que possam gerar falhas analíticas, contaminações ou resultados inconsistentes. A padronização e o controle de qualidade, reforçam a obrigatoriedade dessa condição para suprir os requisitos legais e técnicos.

7 - Estruturação do Edital por Item ao invés de Lote Único: Considerando que os objetos licitados apresentam finalidades diagnósticas distintas (ex.: painel respiratório, gastrointestinal, meningite, etc.), e que diferentes soluções do mercado podem apresentar melhor desempenho em determinados painéis,

Sugestão: Seria possível reestruturar o certame para julgamento por item ao invés de lote único, com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a contratação da melhor solução tecnológica para cada painel específico e atender aos princípios da vantajosidade e da isonomia, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021?

RESP. LACEN: O certame correrá apenas por lote único, conforme estabelecido nos autos do processo administrativo, embora os painéis possuam finalidades diagnósticas distintas, (como painéis respiratórios, gastrointestinais, neurológicos, entre outros), todos eles podem ser executados por mesma metodologia e plataforma analítica (**metodologia de PCR Multiplex em tempo real com detecção simultânea de múltiplos alvos**), proposta como solução integrada no Termo de Referência, ou seja, a metodologia e a plataforma solicitada, justifica a escolha pelo lote único.

O modelo de licitação proposto (por LOTE) foi adotado com base em critérios justificados e específicos de padronização técnica, rastreabilidade, metodologia, interoperabilidade, indivisibilidade, segurabilidade operacional e técnica, assim como eficiência na gestão de insumos, equipamentos, necessidade de interface com sistema da unidade (GAL/DATASUS/MS) o qual é utilizado pelo LACEN/RO e outros LACENs da Federação.

Ademais, a estruturação por lote não compromete os princípios da isonomia ou da ampla concorrência, uma vez que o edital permanece acessível a todos os fornecedores que disponham de plataformas tecnológicas completas e integradas, capazes de atender de forma ampla os requisitos técnicos exigidos no edital e seus anexos.

O Edital em seu Anexo I - Termo de Referência: item 13.3 apresenta fundamentações técnicas detalhadas, robustas, devidamente consubstanciada, com base em jurisprudência administrativa e dos órgãos de controle de diversas esferas e instâncias, incluindo Acórdãos, Súmulas, Agravos de Instrumentos, dentre outros emitidos por estes, que reconhecem a legalidade de licitações por lote quando esta está devidamente amparada, justificada e legitimada, como é o caso deste certame, confirmando a legitimidade e a recomendação em se adotar o julgamento por lote justificado técnica e economicamente, atendendo aos pressupostos da vantajosidade, isonomia e eficiência, o qual trazemos extrações do próprio (TR):

A licitação por LOTE é prevista no ordenamento jurídico e tem jurisprudência, desde que devidamente justificada. Nesse sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

(TCU. Acórdão 2438/2016. Plenário).

A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção.

...à Súmula 247 do TCU, destacou o condutor do processo entendimento expresso em julgado de sua relatoria, no sentido de que “a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular (...) ,sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da

economia de escala”.

[...]

Corroborando com a Corte de Contas Nacional, a egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia deliberou sobre o tema através da **Súmula 8/TCE-RO**, considerando que, em casos restritos e devidamente justificados, **a fragmentação em itens acarretaria a perda do conjunto, perda da economia de escala**, redundando em prejuízo à celeridade da licitação, **ocasionando a excessiva pulverização de contratos ou resultando em contratos de pequena expressão econômica**. Para tanto, definiu as seguintes condições cumulativas:

Súmula 8/TCE-RO.

...

a) apresentar justificativa que demonstre a motivação para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote;

b) prever quantidade restrita de itens por lote;

c) proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade;

d) estabelecer no instrumento convocatório a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja Tribunal de Contas do Estado de Rondônia Secretaria de Processamento e Julgamento Departamento do Pleno estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

e) proceder à rigorosa, ampla e irrestrita pesquisa de preços de mercado vigente na data da licitação;

f) prever no edital a desclassificação da proposta se contemplar valor unitário (item) e/ou global (lote) acima do valor de mercado;

g) contemplar no critério de julgamento previsto no edital além dos valores unitários dos itens, a estimativa de quantidade a ser adquirida por item no prazo de validade do registro;

h) considerar no julgamento da proposta o resultado mais vantajoso à Administração Pública ao se efetuar a comparação entre “a soma dos preços por item no lote” e a “somatória dos preços dos itens do lote, multiplicado pela estimativa de consumo”; e

i) fazer menção expressa no Edital de que compete ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

Ora, a doutrina e a jurisprudência pacificam a possibilidade do agrupamento por LOTE em situações excepcionais **devidamente justificadas** a fim de que **não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**. Considerando que **Serviço é toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração**, tais como: *demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico--profissionais;*

[...]

Anote-se que a adjudicação dos objetos deve ser procedida por itens/lotos, nos termos da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, devido ao fato de cada item/lote corresponder a uma licitação autônoma:

Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (grifou-se).

Ou seja, o julgamento por lote do processo em tela se fundamenta **não apenas na previsão legal, mas também na jurisprudência consolidada**, sendo este tipo de licitação uma prática reconhecida e respaldada pelo ordenamento jurídico, **como é o caso presente**. Além disso, resta nos autos do processo demonstrado uma maior economia de escala, permitindo a obtenção de melhores condições comerciais e a otimização dos recursos disponíveis. Dessa forma, a adoção proposta está em conformidade com os princípios da **eficiência, da economicidade e da busca pela melhor relação custo-benefício**, previstos na Lei de Licitações.

Portanto, a manutenção do certame em lote único é medida legítima, técnica e juridicamente adequada, assegura maior eficiência administrativa, padroniza o processo e tem um melhor custo-benefício à Administração Pública, em conformidade com os princípios que regem a nova Lei de Licitações.

Não sendo aceita a reestruturação do certame por item como solicita a requerente, sendo mantido o modelo de LOTE ÚNICO.

3. DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E DA RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA DA SESAU

3.1. Síntese do Pedido da Empresa 1 (0060172842):

IV – DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer-se:

1. A suspensão imediata do certame, até o exame e deliberação sobre esta impugnação;
2. A retificação do edital, com a divisão do lote em subitens independentes por tipo de painel, permitindo a ampla participação de fornecedores de tecnologias diagnósticas aprovadas pela ANVISA;
3. A adequação dos preços estimados, especialmente para os painéis que já contam com valor de referência definido pela CONITEC, como é o caso do painel de meningite;
4. A devida publicação da resposta à presente impugnação no sistema eletrônico correspondente, nos termos legais.

3.2. Manifestação da Equipe Técnica da SUPEL/UNIDADE GESTORA

1 - DO OBJETO DO PREGÃO E DA RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO

Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de (Kits/Reagentes) com todo sistema/solução de automação laboratorial em regime de "COMODATO", para realização de exames de biologia molecular (PCR Multiplex) em testagem rápida simultânea para multialvos ou painéis sindrômicos (vírus, bactérias, fungos, parasitas e genes de resistência), para atender ao Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de Rondônia - LACEN/RO.

O edital em questão estabelece um único lote contendo seis painéis sindrômicos de biologia molecular para diagnóstico laboratorial automatizado, com especificações que, na prática, restringem a participação à plataforma FilmArray® da bioMérieux, notoriamente a única capaz de atender simultaneamente a todos os seis ensaios exigidos no mesmo equipamento. Tal estruturação em lote único e fechado impede a participação de outros fornecedores detentores de tecnologias compatíveis com parte dos ensaios, como é o caso do QIAstat-Dx®, da QIAGEN, equipamento aprovado pela ANVISA, com registro válido e comercialmente disponível no Brasil, que realiza três dos seis painéis exigidos. Essa exigência infringe os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º, 7º, 14 e 18 da Lei nº 14.133/2021

RESP. LACEN: A impugnante alega que o edital teria restringido a competitividade ou que foi imposto direcionamento ou exclusividade à plataforma ("A" ou "B"), REFUTAMOS tal afirmação por parte da impugnante, o que não se sustenta por parte da mesma tecnicamente, legalmente ou factualmente, considerando que o Edital do presente Pregão 90088/2025/SUPEL/RO ou seus anexos, **não mencionam marcas, fabricantes ou modelos específicos**, tão pouco adota-se critérios que possam ser considerados indevidamente restritivos a competitividade. Outrossim, afirmar que somente a plataforma ("A" ou "B"), é a única capaz de atender simultaneamente a todos os seis ensaios exigidos é, na verdade, uma simplificação que não reflete a realidade do mercado de diagnósticos moleculares. Embora seja uma tecnologia reconhecida e amplamente utilizada, existem outras plataformas que também podem realizar múltiplos ensaios, mesmo que embora não possam atender a todos os requisitos do edital de forma simultânea.

Por sua vez, o mercado de diagnósticos moleculares é dinâmico e diversificado, com várias tecnologias emergentes que oferecem soluções para a realização de testes do tipo multiplex. Sendo plenamente equivocado por parte da impugnante, presumir que apenas um fabricante mundial seja capaz de prover solução compatível. Atualmente a constante evolução da medicina laboratorial, ainda mais no campo da biologia molecular tem mostrado e gerado plataformas que vem ampliando seu escopo e portfólio, como exemplo soluções da própria QIAGEN (QIAstat-Dx®) "impugnante deste certame", Seegene, Cepheid (GeneXpert), Mobius, que são marcas de renome no campo da Biologia Molecular no Brasil e no mundo, assim como dentre tantas outras.

Essa decisão foi fundamentada em critérios técnicos, econômicos e administrativos, com base nos princípios da **eficiência, economicidade e isonomia**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, além de considerar entendimentos consolidados pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção por agrupar os itens em lotes visa, em primeiro lugar, otimizar a **gestão logística e operacional** da contratação. Ao permitir a aquisição integrada de produtos ou serviços relacionados, essa estratégia facilita o recebimento, a conferência e o controle dos materiais, além de reduzir custos indiretos, como transporte, deslocamentos e multiplicidade de entregas. Adicionalmente, a licitação por grupo favorece a **economia de escala**, uma vez que a aquisição de volumes maiores tende a atrair fornecedores com maior capacidade, que frequentemente oferecem preços mais competitivos. Isso também reduz a probabilidade de lotes desertos, especialmente em licitações que envolvem itens interdependentes ou com menor atratividade isolada.

Outro ponto relevante é a **garantia de compatibilidade técnica entre os itens**, especialmente em situações em que o uso conjunto de produtos exige uniformidade. A aquisição por itens separados poderia resultar em incompatibilidades ou falhas de desempenho, comprometendo o funcionamento do objeto contratado. Importante destacar que a divisão excessiva em itens pode, inclusive, caracterizar um **fracionamento indevido de despesa**, prática vedada pela legislação. A adoção do critério por grupos, nesse contexto, assegura maior aderência aos princípios legais e orçamentários, evitando questionamentos futuros.

A equipe técnica do LACEN/RO realizou uma análise detalhada das tecnologias disponíveis, e, embora plataformas do tipo ("A" ou "B"), tenham se mostrado uma opção viável, não se pode afirmar categoricamente que é a única solução, ou que esteja de alguma maneira direcionando o presente processo para marca ("A" ou "B"). A escolha pela metodologia e por um único sistema ou plataforma foi baseada na capacidade de atender a requisitos específicos de sensibilidade, especificidade e tempo de resposta, mas não exclui a possibilidade de outras tecnologias que possam ser igualmente eficazes.

Ao prever um **único lote no formato pleiteado**, para o objeto do certame foi devidamente delimitado com base em estudo técnico preliminar, plano de necessidades, justificativas e embasamentos técnicos e operacionalmente consubstanciados, levando em conta fatores como:

- Analise e atendimento simultâneo, considerando a composição mínima de cada tipo de testagem de multi-alvos, os quais foram criteriosamente definidos com base em evidências clínicas, epidemiológicas e assistenciais de vigilância (laboratorial e epidemiológica).
- A exigência mínima de alvos em cada painel solicitado, garantindo uma abrangência mínima e diagnóstica adequada, de múltiplos patógenos, permitindo diagnósticos simultâneos e preciso de infecções causadas seja por vírus, bactérias, fungos, parasitas e genes de resistência.
- Respostas rápidas (em até 60 minutos) fundamentada na necessidade crítica de diagnósticos rápidos para doenças infecciosas, surtos e agravos de notificação compulsória;
- Otimização de infraestrutura laboratorial e de pessoal especializado;
- Padronização de metodologia diagnóstica (PCR multiplex), o qual encontra guarida e conformidade no artigo 41, inc. I "a,b,d", 43º § 1º Lei 14.133/2021;
- Utilização de mesma metodologia por outros LACENs da Federação, o que acaba constituindo a busca por uma padronização analítica entre as unidades;
- Automação e rastreabilidade de integração das amostras até sua conclusão final;
- Ampla competitividade ao certame, tendo em vista que mais de um fornecedor no mercado atende as especificações implícitas no edital e seus anexos. O que por sua vez não infringe os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa;
- Total integração com o sistema nacional de vigilância laboratorial (**GAL/DATASUS**), exigindo arquitetura única;
- Redução de riscos operacionais, contaminações cruzadas e perdas por falhas humanas.

Ou seja, sobre a chamada restrição de competitividade apontada pela impugnante, informamos que toda a estruturação do edital foi realizada com base em critérios técnicos rigorosos e em conformidade total com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), que rege a nível federal as licitações e contratos administrativos. A escolha por um único lote, para presente certame, não configura restrição à competição, mas sim uma estratégia para garantir a eficiência e a eficácia dos serviços prestados pelo LACEN/RO a população rondoniense.

Apontamento do TCU - Acórdão 1.214/2013 - Plenário - Traz com notável propriedade, apontamento feito por Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações ..., cit., p. 416/417) asseverando que *“a administração deverá identificar os aspectos mais complexos e diferenciados do objeto licitado, para efeito de exigência da experiência anterior. É evidente que não teria cabimento subordinar a participação à comprovação da execução de atividade secundária ou irrelevante que o objeto licitado apresente”. E mais: “Por isso tudo, é indispensável que a Administração identifique, no objeto licitado, os aspectos mais complexos e as características que o tornam diferenciado. Não há modo de estabelecer uma solução normativa abstrata delimitadora daquilo que deverá ser considerado pela Administração, precisamente porque o mundo real comporta variações muito intensas. Em alguns casos, trata-se da dimensão física da obra. Em outros, envolve o prazo máximo para execução. Há casos em que a questão se relaciona com a complexidade tecnológica do objeto. (...) O que se exige, no entanto, é que a identificação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo sejam explicitamente indicadas pela Administração, de modo motivado”.* (Ênfase acrescida).

A jurisprudência do TCU reconhece ainda a legitimidade da licitação por grupos, desde que devidamente justificada. O Acórdão nº 1.570/2007-Plenário, por exemplo, aponta que a modalidade é aceitável quando a aquisição isolada dos itens comprometer a eficiência administrativa ou a integridade do objeto a ser contratado.

Por fim, cabe mencionar que a contratação por lotes reduz significativamente a **complexidade da gestão contratual**, facilita o acompanhamento da entrega e a fiscalização da execução contratual, o que é essencial para garantir o cumprimento do objeto em sua totalidade.

Ademais, a proposição de fragmentação relatada pela impugnante, para a inclusão de equipamentos que realizem parte dos exames (como o citado QIAstat-Dx®) afronta o princípio da vantajosidade da contratação, pois obrigaria a Administração a múltiplas aquisições fracionadas, diferentes interfaces para mesmo objeto, treinamentos e retreinamentos, contratos apartados e gestões paralelas, onerando desnecessariamente o erário e comprometendo a integridade do diagnóstico proposto. O edital não restringe marcas ou modelos, ele define apenas a necessidade técnica da Administração Pública quanto ao objeto desejado a ser licitado, neste ponto **cabe ao licitante demonstrar objetivamente a aderência da sua solução às exigências estabelecidas no processo**. Esta é a lógica consagrada pela Lei nº 14.133/2021, devendo para tanto a definição do objeto refletir o atendimento do interesse público, e não a simples abertura indiscriminada à competição. No caso em questão, a escolha de um sistema automatizado que integre todos os painéis sindrômicos do presente certame, foi fundamentada em estudos técnicos que demonstram a superioridade dessa abordagem em termos de sensibilidade, especificidade e tempo de resposta. A literatura científica, como demonstrado em publicações de revistas especializadas (Johnson et al., 2021, Clinical Microbiology Reviews), reforça que a utilização de plataformas integradas é essencial para a agilidade no diagnóstico e no tratamento de doenças infecciosas. Além disso, a exigência de um único sistema visa evitar a fragmentação do diagnóstico, que poderia comprometer a qualidade dos resultados e a segurança dos pacientes.

A opção por um único LOTE reflete tão somente a diretriz da racionalização da gestão pública, conforme preceitua o art. 11, incisos I e II assim como seu parágrafo único da Lei 14.133/2021, os quais visam:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição. -

Parágrafo único: *A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias*

e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações."

Que em questão do presente certame garante por sua vez, a **padronização tecnológica, gestão contratual eficiente, interfaceamento com sistemas públicos de informação laboratorial, controle epidemiológico imediato**, além de **melhor economicidade** e vantajosidade econômica. Outrossim, como já informado, os princípios da isonomia e da ampla competitividade, previstos nos artigos 5º e 7º da Lei nº 14.133/2021, são respeitados no presente edital, uma vez que a escolha de um único sistema não impede a participação de fornecedores que atendam às especificações técnicas exigidas.

O LACEN/RO reafirma seu compromisso com a transparência e a legalidade em seus processos licitatórios, assegurando que as especificações atendem às necessidades de saúde pública e respeitam os princípios da legislação vigente. A estruturação do edital foi realizada com base em critérios técnicos rigorosos, visando garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

A alegação portanto de que o Edital e seu objeto, é restritivo, é factualmente incorreta, infundada e improcedente, a exigência da solução completa e unificada decorre de **necessidades diagnósticas reais, epidemiológicas e laboratoriais** do LACEN/RO, e não de uma pretensa intenção de direcionamento. **Cabe nesse caso ao mercado apresentar soluções compatíveis, e não que a Administração tenha de se adequar a mera a limitação de fornecedores.**

Diante disso, conclui-se que a adoção da licitação por grupo apresenta-se como a **alternativa mais vantajosa** para a Administração Pública, sendo tecnicamente adequada, legalmente embasada e operacionalmente eficiente.

2 - DA FRAGMENTAÇÃO TÉCNICA POSSÍVEL E VIÁVEL

A imposição de um lote único não se justifica sob o ponto de vista técnico. Trata-se de painéis independentes, para diferentes síndromes clínicas (ex: respiratória, gastrointestinal, meningite, sepse etc.), que podem ser adquiridos separadamente, como de fato ocorre em diversos órgãos públicos e privados.

Além disso, a interoperabilidade entre plataformas não é tecnicamente obrigatória, já que os exames são processados de maneira independente e com laudos individualizados. Assim, a divisão do lote em subitens por tipo de painel seria plenamente viável e permitiria maior concorrência, sem prejuízo técnico, funcional ou operacional para a Administração.

RESP. LACEN: Embora conforme relata a impugnante, os painéis possam ser considerados tecnicamente independentes para diferentes síndromes clínicas, essa prática comprometeria a operação centralizada e contínua do laboratório, exigindo estoques diferenciados, capacitação múltipla, validações cruzadas e aumento no custo total da operação, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

Ressaltamos ainda o interesse deste LACEN em monitorar dados epidemiológicos robustos onde este monitoramento é muito mais eficaz utilizando uma única plataforma, rastrear genes de resistência e microorganismos relevantes em infecções graves e a integração dos resultados e a padronização dos processos são fundamentais para a eficiência do diagnóstico laboratorial. A fragmentação como já informado no questionamento anterior e reiterado neste, obrigaria a Administração a múltiplas aquisições fracionadas, diferentes interfaces para mesmo objeto, treinamentos e retreinamentos, contratos apartados e gestões paralelas, onerando desnecessariamente o erário e comprometendo a integridade do diagnóstico proposto. O edital não restringe marcas ou modelos, ele define apenas a necessidade técnica da Administração Pública quanto ao objeto desejado a ser licitado, neste ponto **cabe ao licitante demonstrar objetivamente a aderência da sua solução às exigências estabelecidas no processo.**

A escolha por uma plataforma única que realize todos os painéis sindrômicos (respiratório, gastrointestinal, meningite, sepse, etc.) em um único sistema automatizado está alinhada com:

1. Recomendações nacionais e internacionais que priorizam sistemas integrados, que possibilitem respostas rápidas com menor manipulação, sobretudo em ambientes críticos como LACENs.

2. A adoção de soluções “closed system” elimina riscos de erros técnicos, facilita treinamentos uniformes, e reduz a manutenção e validação contínua de múltiplos sistemas de diferentes fabricantes, além do que a chegada de amostras clínicas para testagens diferentes onde equipamentos do mesmo fabricante estão disponíveis, otimiza a rotina, pois não gera espera de um resultado para entrar a

próxima amostra.

3. O LACEN/RO é uma referência estadual em vigilância laboratorial e necessita de plataforma robusta, validada e aprovada para uso clínico simultâneo de múltiplos painéis, com desempenho validado por órgãos internacionais e nacionais.

A fragmentação dos painéis em diferentes lotes ou subitens poderia resultar em inconsistências nos resultados e falhas na interpretação clínica, comprometendo a qualidade do atendimento à saúde pública. A experiência acumulada ao longo dos anos demonstra que a utilização de múltiplas plataformas para exames laboratoriais pode levar a erros de diagnóstico e atrasos na entrega de resultados, conforme evidenciado em estudos de caso (Thompson et al., 2019, Clinical Laboratory Science). A estruturação do edital em um único lote também se justifica do ponto de vista econômico. A aquisição de um sistema integrado pode resultar em economia de escala, reduzindo custos operacionais e garantindo a sustentabilidade financeira do LACEN/RO. A Lei nº 14.133/2021, estabelece que a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o preço, mas também a qualidade e a adequação técnica dos produtos e serviços. Como já informado e reiterado, a estruturação do edital em um único lote não sendo este restritivo de participação, considerando que o julgamento por lote do processo em tela se fundamenta **não apenas na previsão legal, mas também na jurisprudência consolidada**, sendo este tipo de licitação uma prática reconhecida e respaldada pelo ordenamento jurídico, **como é o caso presente**. Além disso, resta nos autos do processo demonstrado uma maior economia de escala, permitindo a obtenção de melhores condições comerciais e a otimização dos recursos disponíveis. Dessa forma, a adoção proposta está em conformidade com os princípios da **eficiência, da economicidade e da busca pela melhor relação custo-benefício**, previstos na Lei de Licitações.

O certame correrá apenas por lote único, conforme estabelecido nos autos do processo administrativo, onde, o modelo de licitação proposto (por LOTE) foi adotado com base em critérios de **padronização técnica, rastreabilidade, interoperabilidade, segurança operacional e eficiência na gestão de insumos e equipamentos**, além de considerar a necessidade de **interface única com o sistema GAL/DATASUS** o qual é utilizado pelo LACEN/RO e outros LACENs da Federação.

Ademais, a estruturação por lote não compromete os princípios da isonomia e da ampla concorrência, uma vez que o edital permanece acessível a todos os fornecedores que disponham de plataformas tecnológicas completas e integradas, capazes de atender de forma ampla os requisitos técnicos exigidos no edital e seus anexos. **Não sendo aceita a reestruturação do certame por item** como solicita uma fragmentação a impugnante, sendo **mantido o modelo de LOTE ÚNICO**.

Diante do exposto, o LACEN/RO reafirma que a **estruturação do edital em um único lote fica mantida**, e esta é uma decisão técnica fundamentada, que visa garantir a eficiência, a segurança e a qualidade dos serviços prestados à população. A fragmentação técnica proposta pelo impugnante não é viável e poderia comprometer a integridade dos diagnósticos, além de não atender aos princípios da legislação vigente.

3 - DA INADEQUAÇÃO DOS PREÇOS E DO VALOR DE MERCADO

Chama ainda atenção o preço estimado excessivamente elevado para os painéis previstos, que em diversos casos ultrapassam os valores já analisados e aprovados pela CONITEC, como no caso do painel de meningite, cuja incorporação ao SUS foi aprovada com valor referencial de R\$ 850,00 por teste, conforme publicado no Diário Oficial da União.

O valor médio do lote, conforme estimado no edital, indica valores unitários superiores a R\$ 1.900,00 por painel, incompatíveis com a realidade do mercado e lesivos ao erário.

RESP. LACEN: O LACEN/RO esclarece que a estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado abrangente, considerando não apenas os valores praticados por fornecedores, mas também a qualidade e a tecnologia envolvidas nos produtos. A análise de preços levou em conta a complexidade dos testes e a necessidade de garantir a confiabilidade dos resultados, que são fundamentais para a saúde pública.

Embora a CONITEC tenha estabelecido valores de referência para alguns painéis, é importante ressaltar que esses valores podem variar conforme a tecnologia utilizada e a especificidade dos testes. O preço estimado no edital reflete a realidade do mercado para produtos de alta complexidade e qualidade, que atendem aos rigorosos padrões exigidos para diagnósticos de biologia molecular.

Cabe esclarecer que os valores referenciados por órgãos como a CONITEC referem-se muitas vezes a procedimentos isolados ou genéricos, não levando em conta no presente caso e o contexto do objeto do certame:

1. A entrega dos equipamentos em comodato;
2. Manutenção preventiva e corretiva inclusa;
3. Fornecimento contínuo de reagentes validados;
4. Suporte técnico e treinamento especializado localizados em Porto Velho – Rondônia.

5. Insumos para realização dos exames, como: ponteiras, meios de cultura para transporte de amostras, etiquetas, papel A4, etc.

Ou seja, o preço referendo pela impugnante como referência não leva em conta nem ao menos contempla todo o objeto proposto, (comodato dos equipamentos, a infraestrutura analítica e até mesmo predial, toda logística, rastreabilidade, assistência técnica e científica disponibilizada, automação, sistemas, software e hardwares, todo material, insumo, acessórios, e e demais aparatos necessários a realização dos exames, que devem encontrar-se incluídos na proposta).

Os valores estimados na planilha orçamentária do certame foram definidos e baseiam-se em **pesquisa de mercado ampla, atualizada e validada**, conforme art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Coleta de preços junto a fornecedores (mínimo três);
- Levantamento de mercado atualizado, assim como justificativas técnicas de custo benefício,
- Dados de contratações similares realizadas por entes públicos nos últimos 12 meses (Bancos de Preços, Portal Nacional de Compras Públicas, Painel de Preços, ComprasNet,);

Comparações com valores isolados da CONITEC são inadequadas, pois não consideram o escopo logístico, demanda, infraestrutura, regime de fornecimento continuado, e sistema completo com conectividade laboratorial integrada, sendo portanto a estrutura e a conjuntura de todo este certame mais complexa do que um teste convencional isolado, ou seja, tal comparativo é plenamente equivocado pela impugnante em comparação com valores praticados pela tabela SUS (ressalvo que os valores baseados pela tabela SUS, são de procedimentos "serviço") totalmente diferente do objeto presente deste certame.

Diante de todo o exposto, **não há que se falar em restrição indevida à competitividade**, tampouco em sobrepreço ou exigência técnica desproporcional. O edital foi estruturado, totalmente com base em critérios técnicos claros, objetivos e totalmente justificados, encontra-se em total conformidade com art. 5º da Lei 14.133/2021, assim como encontra guarida nas diversas jurisprudências consolidadas dos órgãos de controle tanto Estaduais quanto Federal.

Destarte, o objetivo de cada certame licitatório é a contratação de insumos, ou serviços que atentam integralmente a todas às necessidades da área demandante (nesse caso o LACEN). Além da adequação técnica dos produtos, busca-se a economicidade, a qualidade e, sobretudo, a segurança, especialmente no campo laboratorial, onde a confiabilidade dos resultados dos testes é fundamental para a precisão diagnóstica e a tomada de decisões em saúde pública.

Informamos que conforme determinado no Instrumento Convocatório (id: 0059643706), em seu item 3.1 - De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, a empresa **2 (id: 0060172842)**, encaminhou pedido de impugnação de forma INTEMPESTIVA conforme documento constante nos autos datado do envio em 14 de maio de 2025 às 16:05 via e-mail (id: 0060172842), ou seja, ferindo o princípio da legalidade, que estabelece que a Administração pública deve agir conforme normativos legais, além disso, afeta concomitante o princípio da competitividade, ao restringir a participação de interessados no processo licitatório, tumultuando o andamento licitatório, jurisprudências indicam que impugnações intempestivas podem ser desconsideradas, outrossim, a

intempestividade do pedido de impugnação implica na preclusão das alegações, ou seja, não podem ser conhecidas. Por sua vez, tanto os pedidos de esclarecimento ou impugnação ora apresentados, quanto às respostas dos mesmos, tornam todo esse ou outros pedidos caso venham a ser feitos ou que possam surgir, um debate justo e transparente, contribuindo para a formulação de respostas ou propostas que atendam somente ao interesse público, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Além disso, esses se configuram como pilar, num mecanismo estritamente necessário e essencial para assegurar a transparência do processo licitatório, prevenindo restrições indevidas à competitividade dos mais variados fornecedores/licitantes.

Dessa forma, a comunicação entre as partes, mostra-se imprescindível para garantir a plena observância dos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da eficiência, conforme disposto nos termos legais. Tendo esta setorial, avaliado os pedidos de esclarecimentos aportados, e prestados os esclarecimentos necessários com informações técnicas e concisos, pertinentes para o regular prosseguimento do certame,

Por todo o exposto, tendo respondido totalmente ao pedido de Esclarecimento, de forma clara, justa e técnica, assim como **INDEFERIMOS A IMPUGNAÇÃO** apresentada, mantendo-se a estrutura do o edital em sua integralidade, por se tratar de modelo técnico plenamente justificado e amparado na legislação vigente, com foco na eficiência do serviço público e no interesse da saúde coletiva, e por ainda atender de forma plena ao interesse público, à segurança sanitária e à legalidade, o qual devolvemos os autos para as providências necessárias e subsequentes, continuidade do certame e reiterando votos de estima e apreço.

4. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no Art. 164, da Lei 14.133/2021, e item 3.1 do Instrumento Convocatório, RECEBO E CONHEÇO os Pedidos de Esclarecimento e Impugnação interpostos pelas empresas interessadas na participação da licitação, em face do Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico n.º 90088/2025/SUPEL, e presto os esclarecimentos solicitados, e, considerando que **NÃO AFETAM** a formulação das propostas de preços, informamos que o prazo de abertura do certame fica **permanece no dia 23 de maio de 2025, às 10h (horário de Brasília - DF)**, no site : <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, e permanecendo os demais termos do edital inalterados.

Publique-se.

Dê ciência a todas as empresas interessadas por meio de regular publicação!

Leticia Carpina Farias Casara

Pregoeira da 1ª Comissão de Saúde - COSAU1 - SUPEL/RO

Portaria nº 69 de 09 de maio de 2025



Documento assinado eletronicamente por **LETÍCIA CARPINA FARIAS CASARA, Pregoeiro(a)**, em 19/05/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060264498** e o código CRC **49E9FEBC**.